

Para que serve a morfologia urbana?

Uma parte dos textos contidos neste número da ‘Revista de Morfologia Urbana’ aborda uma questão crucial para a nossa área do conhecimento – para que serve a morfologia urbana? Qual a utilidade da teoria e investigação em morfologia urbana não apenas para uma intervenção profissional direta sobre os diferentes elementos que compõem a paisagem urbana, mas também para as dimensões ambiental, social e económica da nossa vida coletiva em cidade? Recentemente identificaram-se cinco temas, dentro das três dimensões referidas, para os quais a morfologia urbana pode dar um contributo fundamental: saúde pública, justiça social, turismo patrimonial, alterações climáticas e energia (Oliveira, 2016). Se nos dois primeiros e no último tema existe já trabalho consistente construído ao longo das últimas décadas, em relação ao terceiro e ao quarto temas registam-se ligações mais embrionárias. Os parágrafos seguintes sintetizam, de modo muito breve, a investigação desenvolvida.

A investigação recente sublinha que, por um lado, um conjunto significativo de benefícios de saúde pode ser alcançado através de uma atividade física moderada (incluindo percursos pedonais e cicláveis) e que, por outro lado, o desenvolvimento dessa atividade física é efetivamente influenciado por um conjunto de características dos diferentes elementos de forma urbana. Estas características incluem a conectividade dos sistemas de ruas, a dimensão dos quarteirões, a idade dos conjuntos edificados, a posição dos edifícios no interior das parcelas, a mistura de funções, entre outros. Neste tema, uma das mais consistentes linhas de trabalho tem sido desenvolvida por Lawrence Frank, primeiro no *Georgia Institute of Technology* e depois na *University of British Columbia* (ver, por exemplo, Frank e Engelke, 2001; Frank *et al.*, 2005).

Do mesmo modo que no primeiro tema, existe também um sólido trabalho sobre a relação entre as dimensões física e de justiça social da cidade. David Harvey e Susan

Fainstein são dois exemplos notáveis de investigação, sendo que o trabalho de Fainstein, em torno do conceito da cidade justa, tem um enfoque mais claro na forma física das cidades. Uma ligação ainda mais explícita entre justiça social e forma urbana tem vindo a ser desenvolvida por Laura Vaughan, na *University College London*, no âmbito da segregação social. Ao longo das últimas duas décadas, Vaughan tem evidenciado uma correspondência entre segregação social e segregação espacial, distinguindo na cidade a existência de áreas e ruas pobres e espacialmente segregadas e áreas e ruas mais prósperas e espacialmente integradas (Vaughan, 2007; Vaughan e Arbaci, 2011; Vaughan e Penn, 2006).

No âmbito do terceiro tema, o turismo patrimonial, uma parte significativa da investigação tem-se centrado na ‘oferta’, ou seja, na interpretação, conservação e gestão dos recursos bem como nos serviços de apoio a quem visita esse património. Se para a ciência da forma urbana é consensual que as cidades podem e devem transformar-se, um dos principais problemas que se colocam quando se fala de património e de conservação é como lidar com o processo de mudança, procurando contribuir para a manutenção de áreas e estruturas que contenham em si mesmo o esforço e o investimento de gerações passadas. Uma das linhas mais consistentes sobre conservação de áreas urbanas tem sido desenvolvida, ao longo de mais de duas décadas, por Peter Larkham, primeiro na *University of Birmingham* e, depois, na *Birmingham City University* (Larkham, 1996).

Blanco *et al.* (2011) sustentam que o modo como os principais elementos de forma urbana – como as ruas e os edifícios – e os sistemas de infraestruturas são organizados podem contribuir para a emissão de gases de efeito de estufa e ampliar os impactos das alterações climáticas (o quarto tema identificado). De facto, a estrutura, a orientação e as condições específicas de ruas e edifícios podem aumentar a necessidade de

arrefecimento e / ou aquecimento de edifícios, o que está, naturalmente, associado ao nível de utilização de energia, e podem ser responsáveis por uma proporção significativa de emissões de gases de efeito de estufa numa cidade. Inundações e ilhas de calor são outros fenómenos com uma ligação à forma física da cidade.

Até muito recentemente, uma parte significativa da literatura sobre a relação entre forma urbana e energia centrava-se em uma de duas escalas de análise, a escala da cidade ou a escala do edifício. Na escala da cidade, a investigação tem vindo a explorar a dicotomia entre padrões de desenvolvimento urbano compactos e difusos, as variações de densidade e os padrões de uso do solo, relacionando estes aspetos com os transportes. Na escala do edifício, a investigação tende a agrupar-se em três linhas: o estabelecimento de diferentes estruturas de classificação de formas construídas, o desenho de métodos para estimativa do consumo de energia dos edifícios, e a análise do potencial de melhoria dos edifícios. No entanto, nos últimos anos, um conjunto de estudos começou a abordar uma escala intermédia de análise. O desenvolvimento desta nova escala, bem como de novas abordagens, teorias, conceitos e métodos deverá oferecer uma melhor compreensão das interrelações entre a forma urbana e o nível de energia utilizado na manutenção dos sistemas urbanos contemporâneos. Deverá também informar o debate sobre as atuais estratégias de desenvolvimento urbano, promovendo a utilização sustentável de recursos, solo e energia como elementos chave para uma prosperidade a longo prazo.

Um dos desafios mais importantes que se colocará à morfologia urbana nos próximos anos é o de tornar evidente perante as

sociedades contemporâneas quais são os seus contributos mais relevantes e específicos para as nossas cidades, ou seja, quais os contributos que só a ciência da forma urbana poderá fornecer.

Referências

- Blanco, H., McCarney, P., Parnell, S., Schmidt, M. e Seto, K. C. (2011) 'The role of urban land in climate change', em Rosenzweig, C., Solecki, W. D., Hammer, S. A. e Mehrotra, S. (eds.) *Climate change and cities: first assessment report of the urban climate change research network* (Cambridge University Press, Cambridge) 217-48.
- Frank, L. D. e Engelke, P. O. (2001) 'The built environment and human activity patterns: exploring the impacts of urban form on public health', *Journal of Planning Literature* 16, 202-18.
- Frank, L. D., Schmid, T. L., Sallis, J. F., Chapman, J. e Saelens, B. E. (2005) 'Linking objectively measured physical activity with objectively measured urban form – findings from SMARTRAQ', *American Journal of Preventive Medicine* 28, 117-25.
- Larkham, P. J. (1996) *Conservation and the city* (Routledge, Londres).
- Oliveira, V. (2016) *Urban Morphology. An introduction to the study of the physical form of cities* (Springer, Dordrecht).
- Vaughan, L. (ed.) (2007) 'The spatial syntax of urban segregation', *Progress in Planning* 67, 1-67.
- Vaughan, L. e Arbaci, S. (2011) 'The challenges of understanding urban segregation', *Built Environment* 37, 128-38.
- Vaughan, L. e Penn, A. (2006) 'Jewish immigrant settlement patterns in Manchester and Leeds 1881', *Urban Studies* 43, 653-71.

Vítor Oliveira

Urban Morphology

O último número da revista *Urban Morphology* foi já publicado, sendo que a versão *online* se encontra disponível, para os subscritores, em http://www.urbanform.org/online_public/2016_2.shtml. Este número inclui quatro artigos. Andres Sevtsuk, Raul Kalvo e Onur Ekmekci exploram a influência de ruas, quarteirões e parcelas na acessibilidade pedonal. Tolga Unlu e Yener Bas

aplicam o conceito de 'cintura periférica' numa cidade multinuclear e em rápido crescimento. François Racine explora a componente morfológica de uma prática de desenho urbano em Montreal. Por fim, Jeremy Whitehand, Michael Conzen e Kai Gu desenvolvem o método de 'análise do plano' em duas cidades em continentes diferentes, Como e Píngyao.
